

Para o TSE, atraso não impede eleições gerais



Carlos Menandro

Maciel preside amanhã a reunião da Executiva do PFL para fixar posições na Constituinte

Para Maciel, no País inteiro há um sentimento pelos 4 anos

No País inteiro há um sentimento favorável ao mandato de quatro anos para o presidente Sarney. A constatação é do presidente do PFL, senador Marco Maciel, que comentou em seguida que esta é uma conclusão fácil de ser tirada por quem costuma viajar por todo o Brasil. O presidente do PFL não pretende, no entanto, tirar uma posição em bloco do seu partido a esse respeito. Amanhã, ele reúne a Executiva Nacional do PFL para tentar fixar posições em torno da Constituinte, mas pretende avançar apenas até a discussão do sistema de Governo.

Maciel alega que a duração do atual mandato presidencial faz parte das disposições transitórias, enquanto a discussão na Executiva deve se limitar às disposições permanentes. Ele considera que, além de se posicionar sobre questões de natureza sócio-econômica, o partido deve fixar posições na área política. "Pretendemos chegar a isso, mas depende da reunião", avisou. Ainda na reunião de amanhã, o PFL debate o pacote econômico do Governo e tenta elaborar um projeto econômico

com base em estudo realizado pelo professor Marcos Cintra Cavalcanti, da Fundação Getúlio Vargas.

Frustração

Marco Maciel admitiu que há uma grande frustração do povo em relação aos políticos e ao Governo, porque foi criada uma grande expectativa quanto à resolução dos problemas do País e isto não ocorreu. Além do mais — frisou — durante as campanhas prometeu-se muito a resolução de problemas a curto prazo, numa perspectiva a seu ver ilusória, pois os problemas do País não podem ser solucionados em curto espaço de tempo. "Promessas feitas e não cumpridas tiraram muito da credibilidade dos políticos", acentou, frisando que o problema se tornou maior com o Plano Cruzado, quando as pessoas passaram a se imaginar "num paraíso" e depois se frustraram com a realidade.

O PFL, de qualquer modo, não vai se posicionar quanto à aprovação ou rejeição do pacote econômico a ser anunciado pelo Governo, porque seu conteúdo ainda não foi divulgado oficialmente, segundo observou o senador. A atuação da Executiva se limitará a uma série de "advertências" ao

Governo quanto aquilo que, na visão dos liberais, não deve ser incluído no pacote, como a elevação do Imposto de Renda para pessoas físicas, especialmente a classe média, e um alerta quanto às alterações dos incentivos regionais.

O senador voltou a criticar ontem a "excessiva ingerência do Estado nas relações sociais", algo que se reflete também no modelo sindical adotado no País. Segundo Maciel, persiste no País um modelo corporativista que sobreviveu às últimas Constituições e parece destinado a sobreviver à atual. Questões como esta serão abordadas durante o debate de estudo feito pelo professor Marcos Cintra, diretor da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Será feita uma análise da recessão econômica e sugestões para a retomada do crescimento. Se for aprovado pela Executiva, o documento poderia se transformar em proposta econômica do PFL, a ser levada inclusive à companhia presidencial. O ex-ministro Mário Henrique Simonsen também apresentará nos próximos dias estudo econômico ao partido.

Líderes divergem sobre as eleições

A realização de eleições diretas em todo os níveis, de vereador a presidente da República, em 1988 divide a opinião dos líderes partidários na Constituinte. Coincidentemente, os partidos maiores, PMDB, PFL e PDS concordam que dificilmente o pleito acontecerá, enquanto as legendas menores defendem as eleições para o ano que vem, refletindo a vontade de 48% da população das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, conforme pesquisa feita pela agência Vox Populi e publicada na edição de domingo do *Jornal de Brasília*.

O líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (BA) afirmou que a pesquisa reflete o que qualquer constituinte pode constatar quando mantém contato com suas bases eleitorais. No entanto, Lima ressalta que se a elaboração da Constituição sofrer novo adiamento, "o pleito de 88 estará irremediavel-

mente prejudicado", uma vez que o projeto que está sendo analisado determina que as eleições se realizem 90 dias antes que o novo presidente tome posse em 15 de março de 1989. O deputado só vê uma solução: "Que um novo texto seja aprovado estabelecendo eleições gerais quatro meses após a promulgação da nova Carta".

Já o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), acha que a pesquisa está de acordo com o sentimento da maioria da população. Para ele, o povo se sentiu enganado com os seus representantes na Constituinte.

O líder do PFL, deputado José Lourenço (BA) embora reconheça a necessidade de eleições diretas gerais em 88, em todos os níveis, "para começar tudo do zero", acha difícil que elas sejam realizadas. Tudo está condicionado, avalia

Lourenço, à data do término da Constituinte.

O vice-líder do PT, deputado Paulo Delgado (MG) disse que a pesquisa publicada pelo *JBr*, é um retrato da realidade política brasileira. "Quem não deseja eleições diretas ano que vem, acha que a única saída é um golpe de Estado, como alguns membros do "Centrão" — arremata Delgado.

Por sua vez, o líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ) não acredita que haja diretas em 88, pois tudo dependerá da Constituição e sua conclusão é impossível prever. O vice-líder do PMDB, Fernando Gasparian (SP) diz que há muita pressão em se atravessar o período de transição política no Brasil. Para ele primeiro deve-se concluir a Constituição com calma, e só depois pensar em eleições diretas.

A Justiça Eleitoral está estruturada para viabilizar qualquer eleição que venha a ser convocada através da futura Constituição, "seja ela municipal, estadual ou geral". Isso foi o que deixou claro, ontem, em declarações ao *Jornal de Brasília*, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Oscar Correia.

Indagado pelo *JBr* a respeito da viabilidade de eleições gerais no próximo ano — hipótese recusada pelo "Centrão", que pretende atribuir um mandato de cinco anos para o presidente Sarney — o ministro declarou: "Não trato de hipóteses. O que eu digo é que a Justiça Eleitoral operacionaliza o que a Constituição e a lei estabelecem. A resposta vale para qualquer eleição".

O presidente do TSE também não quis entrar em detalhes a respeito dos temores de alguns constituintes, quanto à possibilidade de adiamento das eleições municipais de 1988, insistindo em repetir que a Justiça Eleitoral "cumpre o que a Constituição manda".

Providências

Segundo o ministro Oscar Correia, até a promulgação da nova Constituição o TSE continuará trabalhando, em relação às eleições municipais, com base na lei em

vigor, que convocou esse pleito para 15 de novembro de 1988.

Acrescentou o ministro que já no início de fevereiro o Tribunal começará a adotar providências para a elaboração do calendário eleitoral de 88 (que incluirá detalhes como os prazos de registro de candidaturas e normas de campanha). Uma das preocupações da Justiça Eleitoral, ainda de acordo com o seu presidente, é a busca de fórmulas capazes de assegurar a completa "mecanização" do pleito municipal.

Disse o ministro Oscar Correia que já tem "algumas idéias na cabeça", mas não pretende divulgá-las antes de concluídos os estudos que vêm sendo feitos pelo Tribunal. De qualquer modo, se não houver tempo nem condições materiais de por em prática o projeto de "mecanização", a Justiça Eleitoral está apta a promover as eleições "nos moldes comuns".

Atualmente, a Justiça Eleitoral já conta com estrutura de informática em condições de agilizar a apuração dos pleitos nos Estados e maior peso eleitoral — São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Paraná — e ainda no Amazonas e Distrito Federal. Nos demais Estados os Tribunais regionais têm contratos com empresas particulares de computação.